

## INTRODUÇÃO

Formação ética e cidadã, Educação moral, Formação ética e cívicas, Educação em valores, Formação para a cidadania... estes são alguns dos nomes que, mediante matérias específicas ou como eixos transversais, ocupam o espaço curricular dedicado à preparação para o exercício crítico e responsável da condição de cidadão na maioria dos países da Ibero-América. Os programas de Educação para a cidadania são instrumentos cada vez mais importantes nesses países para que os cidadãos tomem consciência de seus direitos e responsabilidades.

Há mais de quinze anos, quando o tema começava a ocupar a atenção dos círculos acadêmicos, e as políticas educativas ainda não consideravam sua potencialidade pedagógica, a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura começou a trabalhar sobre a educação em valores, e não cessou desde então. Esse trabalho constante manifestou-se através de conferências, seminários, cursos de formação, publicações, assistência técnica e outras atividades que contribuíram para que a educação em valores ocupasse, finalmente, um lugar destacado nas agendas ministeriais.

11

Alguns dos frutos desse trabalho viram-se refletidos na *Revista Iberoamericana de Educação*, que, além dos monográficos sobre Educação e Democracia – números 7 e 8 – e Ética e Formação Universitária – número 29 –, foi recolhendo valiosas contribuições sobre perspectivas específicas a respeito desta questão. Gênero, governabilidade, sociedade educadora, CTS, sustentabilidade, meios de comunicação... foram alguns dos temas que permitiram apresentar diferentes formas e âmbitos desde os quais promover uma educação em valores que impulsionasse a consolidação de sociedades democráticas participativas e plurais na Ibero-América.

Neste número quisemos nos centrar na relação entre a educação e a cidadania, mas invertendo a proposta editorial mantida até este momento. Por isso, convocamos especialistas de diversas matérias para que cada um, do seu âmbito, apresentasse as propostas que sua disciplina pode oferecer para a formação de pessoas moral e eticamente competentes no exercício da cidadania.

Para isso propomos algumas questões que, em determinado momento, fundamentaram a decisão de dedicar este número à educação para a cidadania. Será necessário incluir, no currículo obrigatório, a formação da cidadania democrática? Como e onde se aprende a respeitar os princípios democráticos? Será necessário que os cidadãos sejam unos virtuosos ou será suficiente que cumpram a lei?

As respostas são oferecidas por especialistas no ensino das ciências e da tecnologia, das relações entre a escola e a cidadania, de alfabetização científica, estudiosos da universidade como âmbito de desenvolvimento ético e moral e, principalmente, especialistas em educação em valores.

À luz dos textos que conformam este número da RIE, e em particular do que estes próprios textos omitem, caberia uma conclusão que pode ser sintetizada em um lema: «A cidadania é educável». Nenhum dos autores p?e em dúvida esta possibilidade, nem a necessidade e a conveniência de que se leve à prática em todos os níveis educativos e com todos os meios disponíveis, tendo como objetivo alcançar níveis ótimos de «pensamento pós-convencional, último nível de desenvolvimento moral, que permite distinguir, independentemente do que seja mais conveniente para todos, aquilo que também é válido moralmente»<sup>1</sup>.

12

Completa-se este número com a seção «Documentos», que recolhe a Declaração de Montevidéu, assinada na XVI Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, e as resenhas das novidades editoriais que chegaram à nossa redação.

*Roberto Martínez Santiago*

---

<sup>1</sup> Miquel Martínez (2006): «Formación para la ciudadanía y educación superior», in *Revista Ibero-americana de Educação*, n.º 42, Madri, OEI.

---

**REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN**

**REGRESAR A ÍNDICE N° 42**

**REGRESAR A PÁGINA INICIAL DE LA REVISTA**

**CONTACTAR**